



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

ROBSON ALISSON SANTOS DA MATA

**O PERCURSO DAS METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO FÍSICA NO
BRASIL: uma apreciação das práticas pedagógicas na Escola Estadual de Ensino
Fundamental Irmã Stefanie**

Campina Grande – PB
2014

ROBSON ALISSON SANTOS DA MATA

**O PERCURSO DAS METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO FÍSICA NO
BRASIL: uma apreciação das práticas pedagógicas na Escola Estadual de Ensino
Fundamental Irmã Stefanie**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização "Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares" da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Soares Silva

Campina Grande – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M425p Mata, Robson Alisson Santos da
O Percurso das metodologias aplicadas à educação física no Brasil [manuscrito] : uma apreciação das práticas pedagógicas na Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmã Stefanie / Robson Alisson Santos da Mata. - 2014.
34 p.

Digitado.

Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2014.

"Orientação: Prof^o. Ricardo Soares da Silva, Departamento de Letras e Artes".

1. Educação Física. 2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 3. Parâmetros Curriculares Nacionais. 4. Saúde. I. Título.

21. ed. CDD 372.86

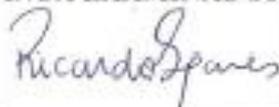
ROBSON ALISSON SANTOS DA MATA

**O PERCURSO DAS METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO FÍSICA NO
BRASIL: uma apreciação das práticas pedagógicas na Escola Estadual de Ensino
Fundamental Irmã Stefanie**

Monografia apresentada ao curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau especialista.

Aprovada em: 06/10/2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ricardo Soares Silva - UEPB (Orientador)



Prof. Dr. José Pereira da Silva – UEPB (1º Examinador)



Prof. Dr. João Damasceno – UEPB (2º Examinador)

Campina Grande – PB
2014

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a *Deus*, que todos os dias está presente em minha vida, abençoando o meu caminho.

Aos meus pais, **Benedito Dias da Mata** e **Maria do Carmo Santos da Mata**, pelo apoio incondicional, paciência, dedicação, força, respeito e confiança, por terem acreditado que eu conseguiria atingir mais esse objetivo.

Aos meus irmãos, **Rildson** e **Raiff**, por fazerem parte da minha vida e pelo apoio nas horas importantes que marcaram minha trajetória.

A minha esposa e companheira **Gerlane**, pelo amor e companheirismo durante todo meu processo de caminhada diária em minha profissão e estudos, me incentivando e apoiando em todos os momentos difíceis.

Ao meu professor orientador, **Ricardo Soares**, por todos os momentos de dedicação, me orientando e por acreditar em meu trabalho, dando-me forças nos momentos difíceis.

Aos meus amigos de turma e professores do curso de especialização da UEPB, pela compreensão nas horas de aflição, apresentando sempre uma palavra de incentivo.

À Educação Física, que sempre fui apaixonado, e sempre me estimula a continuar buscando o melhor para os meus alunos pois acredito que esse é um dos principais papéis do professor.

A todos **meus familiares, professores e amigos** que contribuíram de forma direta e indireta para a realização deste trabalho, o meu muito obrigado.

O PERCURSO DAS METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: uma apreciação das práticas pedagógicas na Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmã Stefanie

RESUMO: A Educação Física sempre foi uma área de bastantes modificações desde seu início no Brasil até os dias atuais. Partindo desse ponto, o presente trabalho busca refletir sobre o histórico da Educação Física no nosso país e sua trajetória histórica como componente curricular nas escolas do Brasil, além das variantes que dificultam o exercício prático desse saber no processo de ensino e aprendizagem na Escola Irmã Stefanie, da rede pública estadual de ensino da cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba. Buscando apresentar um referencial bibliográfico sobre a educação e o ensino da educação física como forma de subsidiar a pesquisa, foi abordada a questão da evolução do ensino da educação física e buscou-se mostrar como ela é abordada pela própria LDB e PCNS, além da problemática acerca da sua importante relação com a área da saúde, como forma de compreender a realidade do ensino atual da educação física e seus principais desafios na sua efetiva execução no presente momento.

Palavras-chave: Ensino; Educação Física; LDB; PCNS, Saúde.

THE COURSE OF METHODOLOGY APPLIED TO PHYSICAL EDUCATION IN BRAZIL: an pedagogical practices appreciation at the Elementary State School Irmã Stefanie.

ABSTRACT: The Physical Education always was an area with a lot of modifications since the beginning in Brazil until nowadays. From this point, the present work seek reflect about the history of Physical Education on our country and its historical trajectory as a curriculum component on schools in Brazil, besides the variants which turn the practical exercise of this knowledge on the process of teaching and learning at the Irmã Stefanie School, from the state public system of learning at the city of Campina Grande-PB, so difficult. Seeking to present a bibliographic reference about the education and the teaching of physical education as a way to subsidize the research, it was approached the question about the evolution of the physical education instruction and sought up to show how this is seen by the LDB and PCNS, besides the problematic around its important relation with the health area, as a way to understand the reality of how physical education has been taught and its main challengers in its effective execution on the present moment.

Keywords: Education; Physical Education; LDB; PCNS, Health.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL E SEUS ASPECTOS PEDAGÓGICOS	10
1.1 Calistenia e a Educação Física.....	10
1.2 A Educação Física e a Influência do Regime Militar	11
1.3 Criticidade sobre o panorama atual da L.D.B.....	12
2. ASPECTOS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA RELACIONADOS COM A SAÚDE.....	20
2.1 Educação Física voltada a área da saúde	20
2.2 Idolatria ao corpo perfeito, imagem e estética	24
3. ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL IRMÃ STEFANIE: CONTEXTO HISTÓRICO E OS DESAFIOS ENCONTRADOS ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

INTRODUÇÃO

A história da Educação Física no Brasil mostra que sua atuação sempre foi marcada por interferências políticas que afetaram seu desenvolvimento, tais características acontecem desde o início de sua implantação nas escolas até os dias atuais.

Historicamente, a Educação Física no Brasil foi alvo de constantes modificações desde seu início quando foi popularizada pelo método higienista e da eugenia através da influência médico-biológica, passando pela etapa biologizante da educação física, quando serviu de base para os governantes aprimorarem a mão-de-obra para o mercado de trabalho; ainda passando pelo método calistênico fortemente aplicado no período do Regime Militar. E este, por sua vez, também usou fortemente a Educação Física como propaganda do governo, sendo usada cada vez menos para fins educativos e cada vez mais para os esportes de alto rendimento.

Diante desse apanhado, o presente trabalho tem como objetivo elaborar uma revisão bibliográfica sobre o ensino da Educação Física no decorrer da história da educação brasileira, como ponto de partida para entender qual a importância e as intenções desse ensino no processo de educação nacional. E mais, saber quais os desafios enfrentados por esse tipo de ensino na Escola Irmã Stefanie da rede pública estadual de ensino na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba?

Considerando a trajetória histórica da Educação Física desde seu início até os dias atuais como componente curricular nas escolas do Brasil, apreciamos as variantes que dificultaram o exercício de sua prática de ensino no processo "ensino/aprendizagem", como forma de buscar entender as dificuldades e os entraves que afetam a realização desse saber na conjuntura atual.

No primeiro capítulo, partimos de um apanhado histórico da educação física passando por várias etapas como a higienista e a eugenia até chegar na calistenia, que foi fortemente difundida e implantada no Brasil por volta de 1960 e início de 1970, para depois ser também fortemente utilizada pelo Regime Militar, não mais para fins educativos, mas como forma de propaganda do governo. Com o incentivo cada vez maior ao esporte de alto rendimento, bem como a preparação corporal específica dos jovens para o ideal de combate e de guerra, servir e defender a pátria (nacionalismo), aperfeiçoamento da raça, valorização do heroísmo, da virilidade, da coragem, da disciplina, compilaram-se os objetivos e investimentos respeitantes à trajetória da Educação Física durante o período do Regime Militar.

Partindo desse ponto, apresentamos uma crítica a abrangência da atual L.D.B (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a partir da qual o ensino da Educação Física teve bastantes avanços, mas, por várias vezes são encontrados em seu corpo artigos que lhe limitam e tratam de forma genérica sua dimensão didática.

Posteriormente, refletimos sobre o ensino da Educação Física no Brasil e seus aspectos relacionados diretamente com a saúde, visto que a educação deve ser compreendida como uma prática político-pedagógica que possibilita ao educador escolher estratégias de ação que contribuam para a melhoria do estilo de vida dos educandos.

Com efeito, não podemos esquecer que a Educação Física na escola é uma disciplina curricular que tem importante papel na contribuição para a formação integral das crianças e adolescentes, priorizando um futuro cidadão com estilo de vida ativo e saudável, consciente da importância da atividade física em toda a sua vida, o que é muito mais abrangente do que somente a prática esportiva, que em muitas vezes é seletiva por priorizar apenas os "mais dotados" de capacidades e características físicas para determinados esportes.

No terceiro e último capítulo, buscamos propor uma reflexão acerca das discussões na realidade escolar da Escola Estadual Irmã Stefanie como forma de entender quais as dificuldades enfrentadas por esse tipo de ensino e, assim quem sabe, compreender melhor a atual realidade escolar brasileira.

Por fim, percebemos a importância dessa pesquisa no tocante à possibilidade de um debate futuro sobre quais os interesses reais do ensino da educação física escolar atual. Qual a importância da educação física para a formação e desenvolvimento crítico do cidadão enquanto agente transformador da realidade?

1. ANALISANDO A LDB E OS PCNS EM RELAÇÃO ÀS NOSSAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.

A educação Física sempre foi uma área de conhecimento bastante mutável e de variações consideráveis em nosso país, tais características acontecem desde o início de sua implantação nas escolas até os dias atuais. Seu ensino nas escolas já foi bastante difundido e também modificado, desde seu início, em meados do fim do século XIX e início do século XX, quando era trabalhado com afinco a questão da higiene e da eugenia através da forte influência médico-biológica. Em seguida, surgiu a etapa biologizante da educação física, que também serviu de base para os governantes aprimorarem sua mão-de-obra no mercado de trabalho, com a concepção que deveriam qualificar a mão-de-obra para o mercado de trabalho que precisasse lidar com o corpo e, ainda, com aplicabilidade nas forças armadas, visto que muitas vezes eram os militares que ministravam as aulas de Educação Física. Nesse momento, fortaleceu a concepção calistênica da Educação Física.

1.1 Calistenia e a Educação Física

A calistenia é, por assim dizer, o verdadeiro marco do desenvolvimento da ginástica moderna, com fundamentos específicos e abrangentes que logo foi, destinada à população mais necessitada: aos obesos, às crianças, aos sedentários, aos idosos e também às mulheres.

Calistenia, segundo Marinho (*apud* COSTA, 1998, p. 33) vem do grego *Kallos* (belo), *Sthenos* (força) e mais o sufixo "ia"; com origem na ginástica sueca, apresenta uma divisão de oito grupos de exercícios localizados, associando música ao ritmo dos exercícios que são feitos à mão livre, usando pequenos acessórios para fins corretivos, fisiológicos e pedagógicos.

Os responsáveis pela fixação da Calistenia foram o Dr. Dio Lewis e a Associação Cristã de Moços (A. C. M.), com proposta inicial de melhorar a forma física dos americanos que mais precisavam. Por isso mesmo, deveria ser uma ginástica simples e cativante, mas fundamentada na ciência. Em função disso, o Dr. Lewis era contra os métodos militares sob alegação de que os mesmos desenvolviam somente a parte superior do corpo e os esportes atléticos não proporcionavam harmonia muscular. Em 1860, a Calistenia foi introduzida nas escolas americanas.

No Brasil, por volta de 1960, começou a ser implantada nas poucas academias pelos professores da A. C. M. ganhando cada vez mais adeptos nos anos 70, sempre com inovações fundamentadas na ciência. Desse modo, o Dr. Willian Skarstrotron, americano de origem sueca, dividiu a calistenia em 8 grupos diferentes do original: braços e pernas, região pósterio superior do tronco, pósterio inferior do tronco, laterais do tronco, equilíbrio, abdômen, ombros e escápulas, os saltitos e as corridas.

Nos anos 80, a ginástica aeróbica invadiu as academias do Rio de Janeiro e São Paulo abafando um pouco a calistenia. Como na Educação Física sempre há evolução também em função dos erros e acertos, surge, então, ainda no final dos anos 80, a ginástica localizada desenvolvida com fundamentos teóricos dos métodos da musculação, somando o que ficou de bom da calistenia. A ginástica aeróbica de alto impacto causou muitos microtraumatismos em seus praticantes por causa dos saltitos em ritmos musicais quase alucinantes. A musculação surgiu com uma roupagem nova, ainda nos anos 70, para apagar o preconceito que algumas pessoas tinham em relação ao Halterofilismo.

Através das constantes mudanças e evoluções da Educação Física brasileira nessa época, ela acabou sendo utilizada e propagada massivamente por diversas instituições militares.

1.2 A partir do Regime Militar

Os anos 70, marcados pela ditadura militar, a Educação Física era usada não para fins educativos, mas de propaganda do governo, sendo todos os ramos e níveis de ensino voltados para os esportes de alto rendimento. Em 1971 com o DECRETO-LEI 69450/71 (BRASIL, 1971), são nítidas as interferências nas funções do professor. No item referente à composição das turmas, por exemplo, era estabelecido que elas tivessem que ser separadas por sexo. Para Germano (1994) a Educação Física da época se pautava na busca pelo desempenho esportivo e pela vitória. O pressuposto era que, para as aulas serem dadas com o objetivo de formar atletas, a turma devia ser composta por alunos que tivessem condições físicas semelhantes, o que possibilitaria competição equilibrada.

Preocupados com a resistência que os estudantes vinham fazendo ao Regime Militar, os governantes além de reprimi-los pela força, utilizaram-se do esporte como uma forma de

desmobilização social e alienação. Nas universidades, enquanto os diretórios acadêmicos eram fechados, as práticas atléticas eram incentivadas, e a participação esportiva passava a "substituir" a participação política. A Educação Física se tornou obrigatória, também no terceiro grau, e os jogos universitários e estudantis receberam um acentuado incentivo dos governos, o que resultou no expressivo crescimento da participação de estudantes de todas as partes do Brasil (CASTELLANI FILHO, 1994, p. 53).

Os militares acreditavam que o esporte deveria ser aprendido na escola, e nela seria formada a base da pirâmide, em cujo topo estariam os nossos campeões. Como parte dessa política de formação de atletas, tinham estes prioridade na concessão de bolsas de estudo (GHIRALDELLI, 1988, p. 32). Ressaltamos que nos idos de 1975, o Governo Federal propôs, pela primeira vez, um Política Nacional de Educação Física e Desportos, que tinha por objetivo massificar as práticas esportivas no âmbito escolar e não-escolar com o intuito de aumentar a base da pirâmide de praticantes e, assim, favorecer o incremento do topo da pirâmide ou do chamado na época Desporto de Alto Nível, ou seja, a elite esportiva do país em termos de representação nacional e internacional (GONÇALVES JUNIOR, 2002, p. 5).

Preparação corporal específica dos jovens para o ideal de combate e de guerra, servir e defender a pátria (nacionalismo), aperfeiçoamento da raça, valorização do heroísmo, da virilidade, da coragem, da disciplina seriam apenas alguns aspectos que ilustrariam a Educação Física militarista. Por consequência, o âmbito escolar seria capaz de construir corpos considerados saudáveis ou perfeitos fisicamente, adaptando-os ao contexto ditatorial vigente em função da produtividade industrial e do progresso nacional.

1.3 Críticidade sobre o Panorama atual da L.D.B

Com o passar do tempo e com o aprimoramento do corpo docente e intelectual da área de Educação Física, em meados dos anos 80 e início dos anos 90, com o aumento de mestres e doutores no campo da Educação Física; nesse período, aumentou também o número de teorias e abordagens existentes ampliando o que se conhecia até aquele momento, visto que a educação física se baseava unicamente no trabalho físico ou esportivo, contribuindo apenas para os movimentos tecnicistas/esportivistas.

Ao ensino de maneira abrangente bem como a Educação Física, de modo restrito, são garantias legais fundamentadas na LDB (9394/96):

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

[...]

3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. [...]

[...]

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. (Redação dada pela Lei nº 10.328, de 12.12.2001)

[...]

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei 10.793, de 12.2003).

II – maior

de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei 10.793 de 01/12/2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei 10.793 de 01/12/2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei 10.793 de 01/12/2003)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei 10.793 de 01/12/2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei 10.793 de 01/12/2003)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no ano letivo seguinte à data de sua publicação.

Brasília, 1º de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

Na presente Lei, verificam-se diversos fatores que tornam o ensino da Educação Física facultativo a sua prática, isso se dá por causa das diversas circunstâncias em que o alunado pode se encontrar: ter jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, ser maior de trinta anos de idade, caso esteja prestando serviço militar inicial ou quando, em situação similar, esteja obrigado à prática da educação física ou caso tenha prole, uma vez que a Lei pretende que a Educação Física busque fornecer bem-estar, saúde e qualidade de vida e não um cansaço desnecessário. A legislação procura, com isso, evitar uma sobrecarga para não comprometer o rendimento escolar e a aprendizagem dos alunos.

Conforme o Art. 26 da nova LDB (9394/96), conferimos:

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

Conforme visto no presente artigo a retirada da educação física dos turnos noturnos se apresenta como um retrocesso no ensino da disciplina, visto que a mesma não se mostra como uma disciplina que apresenta apenas a parte prática da atividade física ou dos esportes, mas também é pautada de um vasto conteúdo teórico que poderia ser passado para os alunos que estudam à noite.

Antes da atual LDB, na Lei nº 5.962 de 11 de agosto de 1971, o Art. 7º diz que "será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969", visto que nessa época vigorava em nosso país o Regime Militar que fiscalizava também todos os conteúdos escolares e o ensino da Educação Moral e Cívica e da própria Educação Física, que possuíam conteúdos carregados de um patriotismo e militarismo exacerbados.

O Decreto-Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969, instituiu como obrigatória a disciplina Educação Moral e Cívica nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no país, que permaneceu como tal até meados da década de 80. Ela apenas foi oficialmente retirada da grade curricular das escolas brasileiras após a promulgação da Lei n. 8.663, de 14 de junho de 1993, que revogou o decreto.

A obrigatoriedade do ensino da Educação Física determinada pela antiga LDB contemplava todos os graus do então sistema de ensino e era normatizada pelo Decreto 69.450/71, de 1/11/71.

No entanto, para a atual LDB a normatização do ensino da Educação Física se dá pelos Conselhos Nacional e Estaduais de Educação, com vistas a atender os diversos sistemas de ensino, bem como as próprias escolas. Partindo para o campo da atuação curricular, a Educação Física tem ligação com a arte, sobretudo quando da ligação entre corpo e movimento. Ainda, há aspectos nessa relação que se desdobram em formas de expressão corporal, manifestações culturais e lazer. Eis, aqui, a importância de não se confundir a Educação Física apenas com a prática esportiva. Para essa possibilidade são relevantes as

orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNS) para o Ensino Médio, de modo que norteiam o campo das atividades escolares e suas práticas pedagógicas mediadas pelos professores, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.

O Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Ensino Fundamental, inspirado no modelo educacional espanhol, mobilizou um grupo de pesquisadores e professores no sentido de elaborarem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), especificamente da disciplina Educação Física, partem do ponto que compreende uma visão mais ampla da disciplina ao invés de apenas observar o campo biológico e, sim, o aspecto "social", "afetivo", "cognitivo", "motor" etc. Procurando dar um subsídio para o professor pensar e reorganizar a sua didática, seus planejamentos e avaliações, os PCNS instruem o profissional do magistério a ampliar o conhecimento nos mais diversos setores do conhecimento.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física trazem uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos. Incorpora, de forma organizada, as principais questões que o professor deve considerar no desenvolvimento de seu trabalho, subsidiando as discussões, os planejamentos e as avaliações da prática de Educação Física. (Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC / SEF, 1998)

O PCN tem como base em seu documento princípios que norteiam o ensino de Educação Física no ensino fundamental, além de abordar ainda as principais influências e tendências existentes na área. Segundo os PCNS, a Educação Física nessa etapa de ensino tem como base os princípios da **inclusão** cuja principal característica é a busca de reversão do quadro histórico de seleção entre aptos e inaptos para as práticas corporais; e, também, o princípio da **diversidade**, visando a ampliar as relações entre os conhecimentos da cultura corporal de movimento e os sujeitos da aprendizagem.

O modelo de Educação Física contido nos PCNs estabelece como princípio básico um sistema no qual as aulas sejam dirigidas a todos os alunos sem qualquer forma de exclusão.

A sistematização dos objetivos, conteúdos, processos de ensino e aprendizagem e avaliação tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimentos, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas. Busca-se reverter o quadro histórico de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência (Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC / SEF, 1998 p.19).

Hoje, a Educação Física é entendida como uma área de conhecimento da Cultura Corporal de movimento e deve cuidar do corpo não como algo mecânico, que vise apenas ao desenvolvimento do aspecto físico independentemente de outros aspectos, como era anteriormente décadas atrás, mas, sim, na perspectiva de sua relação com os outros sistemas: o mental, o emocional, o estético, o religioso entre outros. A mesma deve ser compreendida como uma disciplina que introduz e integra o aluno na Cultura Corporal do movimento, alinhando-se aos objetivos educacionais, facilitando e promovendo a educação do corpo e movimento para a diversidade, formando o cidadão que vai reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício de sua qualidade de vida e, conseqüentemente, contribuindo com o desenvolvimento do indivíduo nas demais disciplinas, porque, se o ser humano possui uma prática de atividade física saudável, poderá contribuir para o desenvolvimento moral, social e cultural através da interação com seus pares, o que permite reconhecerem-se no meio, possibilitando ao aluno desenvolver valores como respeito mútuo, confiança e muitas outras características fundamentais para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Diferente do que foi visto no passado, quando a Educação Física era concebida como uma disciplina extremamente exclusiva na qual os alunos eram classificados em "aptos" ou "inaptos" à sua prática, devido à supervalorização da eficiência que, durante muito tempo, segregou e afastou o indivíduo considerado menos habilitado. Contudo, essa exclusão, discriminação e/ou preconceito não se refere apenas ao abandono escolar, reflete-se também em ações, em que todos os envolvidos no contexto educacional, mesmo que sem intenções ou entendimento sobre o assunto, se produzem as ações de exclusão. Inúmeros são os exemplos, dos quais podemos citar: a discriminação dos alunos portadores de necessidades especiais ou dos alunos negros (Revista Nova Escola, n. 123. 1999. p. 7-14).

No campo da Educação Física, tais acontecimentos ainda são pouco estudados, mas há exclusão de alunos menos habilidosos nas práticas de atividade física, dos "gordinhos", das pessoas portadoras de necessidades especiais, dos que usam óculos, de meninas em determinados esportes, dos alunos de baixa estatura, entre outros fatores, são exemplos que mostram que o problema não é algo tão simples de se resolver.

No próprio contexto histórico da Educação Física, mesmo dentro do contexto escolar, sempre existiu a seleção dos mais aptos em detrimento dos inaptos, proporcionando a exclusão de vários alunos do contexto da cultura corporal de movimento. O que nos faz entender que a proposta dos PCNS, de acordo com o princípio da inclusão, foi a de vislumbrar

uma Educação Física escolar com formas e capacidade de superar a exclusão, fato que infelizmente ainda não ocorreu na maioria das aulas da disciplina, nos vários segmentos escolares.

O PCN ainda busca orientar e subsidiar a prática pedagógica do professor através das principais linhas pedagógicas da área, que são as abordagens: **psicomotora**, **construtivista**, **desenvolvimentista** e **críticas**. No PCN é relatado ainda o papel da Educação Física sendo entendida como uma área que trata de um tipo de conhecimento denominado "cultura corporal de movimento", que tem como temas: o jogo, a ginástica, o esporte, a dança, a capoeira e outras temáticas que apresentem relações com os principais problemas entre essa mesma cultura corporal de movimento e o contexto histórico-social dos alunos.

Em resumo, a introdução das abordagens psicomotora, construtivista, desenvolvimentista, e críticas no espaço do debate da Educação Física proporcionou um. ampliação da visão da área, tanto no que diz respeito à natureza de seus conteúdos quanto no que refere aos seus pressupostos pedagógicos de ensino e aprendizagem. Reavaliaram-se e enfatizaram-se as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas, afetivas e políticas, concebendo o aluno como ser humano integral. Além disso, foram englobados objetivos educacionais mais amplos, não apenas voltados para a formação de físico que pudessem sustentar a atividade intelectual, e conteúdos mais diversificados, não só restritos a exercício, ginásticos e esportes. (Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC / SEF, 1998)

Em função da constante reflexão sobre a prática pedagógica, essas quatro grandes tendências têm se desdobrado em novas propostas pedagógicas graças ao esforço e empenho de professores que, mesmo em situações adversas, seguem inovando. Mas ao mesmo tempo que isso ocorre, ainda existem em vários contextos a prática de ensino pautada em concepções ultrapassadas, que não suprem as necessidades e as possibilidades da Educação Física na contemporaneidade.

Nesse contexto em que é instalado um novo ordenamento legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que orienta para a integração da Educação Física na proposta curricular da escola, ao delegar autonomia para a construção de uma proposta pedagógica integrada, responsabiliza a própria escola e o professor pela adaptação da ação educativa escolar às diferentes realidades e demandas sociais sem as mínimas condições de capacitação para esse desafio.

É importante ressaltar que essa autonomia deve pressupor a valorização do professor e da instituição escolar, criando condições concretas e objetivas para o exercício produtivo dessa responsabilidade, pois a possibilidade de construção deve gerar um avanço em direção ao exercício pleno da cidadania, garantindo a todos os alunos o

acesso aos conhecimentos da cultura corporal de movimento. Por outro lado, interesses políticos e econômicos escusos podem, a partir de uma interpretação distorcida da lei, legitimar a descaracterização da Educação Física escolar, tornando-a mera área técnica ou recreativa, desprovida de função no processo educativo pleno. É fundamental, portanto, que a escola, a comunidade de pais e alunos e principalmente o professor valorizem-se e sejam valorizados, assumindo a responsabilidade da integração desta área de conhecimento humano ao projeto pedagógico de cada escola, exigindo plenas condições para o exercício de seu trabalho, garantindo para o aluno a manutenção de número adequado de aulas e de condições efetivas para a aprendizagem. (Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC / SEF, 1998. p.26)

É normal encontrarmos em várias escolas públicas o descaso na área de Educação Física, em que as condições oferecidas aos professores e aos alunos são as mais precárias possíveis. Como é possível que se possa oferecer uma aula bem elaborada sobre a cultura corporal de movimento se a escola não oferece no mínimo um espaço adequado? Muitas delas não oferecem quadras para a prática da Educação Física e, sim, terrenos ou campos onde os alunos e professores sofrem com o sol, chuva, poeira e todas as demais condições climáticas adversas. Nesse aspecto, ainda pode ser acrescentadas a falta de materiais e a falta de vestimenta adequada por parte dos alunos. Todos esses fatores acabam por desestimular ainda mais os alunos em relação à prática nas aulas de Educação Física.

Diante do considerado, vale lembrar que O Decreto n. 69.450/71 concebia a Educação Física como:

atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constituindo um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional.

Podemos ressaltar, assim, que tanto este decreto quanto a LDB n. 5.692/71 foram impostos quando o País estava sobre domínio do Regime Militar.

Partindo desse entendimento, podemos facilmente entender a função que o Decreto desempenhava sobre a Educação Física na escola: impor atividades que aprimorassem a aptidão física, a principal referência para "orientar", "planejar" e "avaliar" as aulas de Educação Física nos estabelecimentos de ensino, tornando-se evidente a redução do entendimento da disciplina à dimensão físico-biológica.

Ainda de acordo com o Decreto, ele prescrevia todos os conteúdos acima da 5ª série, mas o único conteúdo citado é o das "atividades de iniciação esportiva", ou "práticas de natureza desportiva". A partir daí, a submissão da Educação Física unicamente ao esporte, iniciada após a Segunda Guerra Mundial, foi mais intensificada passando a ser basicamente conteúdo exclusivo das aulas de Educação Física.

O tal Decreto foi revogado e a nova LDB não expressa conceitos, conteúdos ou objetivos, para o ensino da educação física. Apresenta, apenas, três ressalvas: além de integrar a proposta pedagógica da escola, ela deve estar ajustada às faixas etárias e às condições da população escolar. Neste contexto legal, a LDB deixa uma lacuna de entendimento que é fundamental para a prática pedagógica da Educação Física. Ora, imaginemos que a proposta da escola seja a de que a Educação Física deva subsidiar o aluno para a formação de força física para o trabalho, então voltaríamos àquela Educação Física militarista.

Em outro exemplo imaginemos que a proposta da escola para a educação seja como instrumento de auxílio na aprendizagem dos demais componentes curriculares. Nesse caso, ela serviria como momento de descontração/compensação pelos esforços realizados nas aulas de matemática, português, entre outras disciplinas.

Podemos ainda utilizar uma prática comum no ensino fundamental em séries iniciais que estabelecem a Educação Física como um prêmio ou como castigo para os alunos por seu comportamento ou desempenho. Mesmo que esses exemplos possam parecer absurdos, eles são vistos facilmente no cotidiano escolar e não foram inventados por nós. Eles decorrem de nossa observação do cotidiano escolar e da leitura e pesquisas em livros, revistas, artigos e estudiosos da nossa área e, infelizmente, não são raros de serem vistos. Mesmo não aparecendo no PPP da escola dessa forma, a utilização da Educação Física pode ser deturpada e como a fiscalização e o sistema de inspeção são defasados acabam por não trazerem ao conhecimento de todos os casos.

O que pretendemos com esses exemplos é chamar a atenção dos educadores para o caráter genérico da prescrição da Nova LDB, para a qual a Educação Física deve estar integrada à proposta pedagógica da escola, pois suas orientações comportam e possibilitam qualquer forma de entendimento para a organização da Educação Física na escola. É preciso que os professores estejam atentos pois, só através de uma boa compreensão da Lei, é que poderemos fazer com que a escola e a Educação Física cresçam, para que não ande para trás em sua prática pedagógica.

Por isso, faz-se importante o questionamento e utilização de uma ou mais de uma proposta pedagógica da área, porque, através de um aprofundamento nas discussões e pesquisas sobre elas, poderemos melhorar nossa prática escolar diária e orientar o ensino.

2. ASPECTOS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA RELACIONADOS COM A SAÚDE

2.1 Educação Física voltada a área da saúde

Os Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física (PCNs), documento redigido pela Secretaria de Educação Fundamental, órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura indicam como objetivo do ensino fundamental, entre outros: “conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva” (BRASIL, 1998, p.9). Recorremos a este importante documento porque ele “pretende criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania” (SOUZA *apud* BRASIL, 1998, p. 5), não de forma despropositada e, sim, para revelar que a Educação Física pode se beneficiar da aproximação à Saúde Coletiva/Promoção da Saúde, como o documento acima evidencia.

A educação é um processo complexo que sugere uma construção de natureza dinâmica, por meio de movimento de estímulo para a modificação do indivíduo que se prolonga no tempo a partir de um conjunto de práticas que visa assegurar a continuidade de uma sociedade e da sua cultura, portanto, exige saber, amor e coerência (SANTOS, 2005, p. 15). Para Freire (1979 p. 96) “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem; não pode temer o debate e a análise de realidade; não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

Dessa forma, a educação deve ser entendida como prática político-pedagógica que possibilita ao educador escolher estratégias de ação que contribuam para a melhoria do estilo de vida dos educandos. A estas estratégias devem ser agregados valores éticos como a equidade, a solidariedade e a justiça social. logo, o papel da Educação é estimular a capacidade das pessoas de transformar suas idéias sobre a realidade da sociedade, para que a mesma possa modificar sua trajetória e melhorar sua qualidade de vida (GUIMARÃES *apud* PELICIONI, 2009, P. 31).

Somente após os anos 80 do século passado, a escola começa a ser tratada como um núcleo de convivência, estimulando o desenvolvimento de habilidades e atitudes favoráveis à

promoção da saúde, pois assumia à época o compromisso na construção do conhecimento do cidadão crítico.

Pereira (et all, *apud* GUIMARÃES, 2009, P. 35) considera como estratégia importante identificar, coletivamente, aspectos e condições sociais, ambientais, históricas e culturais, assim como as demandas do indivíduo e do grupo social em seus espaços de convivência, resgatando o poder próprio da comunidade no controle de sua saúde e de suas condições de vida. A partir do levantamento das necessidades da comunidade, discutem-se as prioridades e criam-se novas estratégias para enfrentá-las, buscando o desenvolvimento sustentável da comunidade escolar.

Na concepção de Pereira (et all, *apud* GUIMARÃES, 2009, P. 35), o êxito dos programas de Promoção da Saúde se dá por meio da eficácia da negociação e do compromisso intersetorial (saúde e educação), incorporando as questões ambientais e estimulando os aspectos comportamentais saudáveis. Pode-se concluir, a partir de então, que as propostas de atuação dentro da escola não devem isolar a comunidade escolar de seu contexto, isto é, devem considerar a diversidade dos indivíduos e as particularidades de sua realidade, visando firmar a relação entre saúde e educação.

Nesta perspectiva, a Educação em Saúde propõe uma linha de planejamento participativo para as ações educativas, estreitando as relações professor-aluno, com base na problematização, que valoriza a responsabilidade do professor e do aluno sobre a sua saúde, da família e da comunidade.

Pensando a Educação Física como uma disciplina escolar situada tradicionalmente na área das Ciências da Saúde, que se subordina às ideologias da Educação que regem o âmbito escolar, devemos criar condições para que o educando possa compreender criticamente suas condições de saúde, utilizando-se do movimento e das relações interpessoais recomendadas pelo processo educativo.

Para Freire (*apud* GUIMARÃES, 2009, P. 51) a humanidade “não pode ser compreendida fora de suas relações com o mundo”, visto que todo ser humano “é um ser em situação”, portanto o aluno precisa compreender que é um “ser do trabalho e da transformação do mundo”, buscando sempre a ação-reflexão durante as suas relações com o mundo, para que possa entender a sua ação sobre ele. Logo, atuado de forma adequada, “transforma e o transformando, cria uma realidade que, por sua vez, o envolve”, condicionando sua forma de atuar.

Assim, os alunos têm que se reconhecer como sujeitos que transformam constantemente o mundo e não como objetos manipuláveis pela sociedade. Eles têm que se reconhecer como sujeitos da sociedade e não como objetos na sociedade.

Segundo Carvalho (2004, p.69), a cultura corporal é compreendida, ou delimitada, por duas instâncias: a **Educação Física** e o **Esporte**. A Educação Física, a seu turno, pode ter três objetivos, podendo os três estarem no mesmo nível, ou que um se sobreponha aos demais. Esses objetivos são: saúde, lazer e trabalho. O que determina a relação entre Educação Física e seus objetivos é a necessidade de ser atendida. A Educação Física se justifica quando satisfaz determinada necessidade, relativa à saúde, ao trabalho ou ao lazer.

A cultura corporal de movimento não se restringe nem deixa reduzir-se à forma cultural do esporte, onde o movimento é realizado sob os signos da competição e do rendimento - embora a partir de determinado momento histórico ele tenha se tornado a sua mais intensa expressão ou hegemônico (BRACHT, 1989, p.69)

É comum nos dias de hoje as atividades físicas serem tratadas na sociedade contemporânea como uma ligação segura para melhores condições de saúde. É uma função bastante ampla delimitada a apenas um conceito, sintetizando a abrangência das inúmeras consequências do mesmo sobre o organismo humano. Logo, esse termo acaba por ser utilizado de maneira generalizante, pois é possível que seja direcionado tanto ao controle do estresse quanto a uma prática anti-sedentária, e, ainda, para fins estéticos ou de melhora de performance atlética (LOVISOLO *apud* LUCATELLI, 2013, P. 4).

Como definição do termo Atividade Física, apresenta-se:

Toda e qualquer ação humana que comporte a idéia de trabalho como conceito físico. Realiza-se trabalho quando existe gasto de energia. Esse gasto ocorre quando o indivíduo se movimenta. Tudo que é movimento humano, desde fazer sexo até caminhar no parque, é atividade física (CARVALHO, 2004,p. 69).

Carvalho (2004, p.95) denuncia a existência de um mito na sociedade contemporânea que associa atividade física à saúde, conferido muito especialmente pelos meios de comunicação. Nesse contexto, a idéia de que atividade física está diretamente relacionada com uma boa saúde é literalmente vendida segundo a autora, como uma prática generalizante e que cultua estereótipos de boa forma física e de saúde.

Para análise mais específica sobre essa relação, a saúde pode ser definida como um estado de amplo bem-estar físico, mental e social, e não somente pela ausência de doenças e

enfermidades (Organização Mundial de Saúde, 1995). Compreendida dessa forma, é um processo instável, sujeito a mudanças rápidas e fortemente influenciado por ações do sujeito e do ambiente. Não apenas um estado físico puro e objetivo que apresenta funções orgânicas intactas, mas tem também uma dimensão subjetiva, individual, psíquica, mental e social (WEINECK, *apud* MARQUES, 2007, p. 40).

É sabido que um estilo de vida ativo na fase adulta está relacionado diretamente a uma redução de várias doenças crônico-degenerativas e diminuição da mortalidade cardiovascular. Em crianças e adolescentes os benefícios também são notórios, como a melhora do metabolismo e a redução do número de crianças obesas. E, ainda, é mais provável que uma criança fisicamente ativa tenha mais facilidade em se tornar um adulto ativo também. Em consequência, do ponto de vista da saúde pública e da medicina preventiva, promover a atividade física na infância e na adolescência significa estabelecer uma base sólida para a redução da prevalência do sedentarismo na idade adulta, contribuindo desta forma para uma melhor qualidade de vida.

Entidades ligadas à Educação Física e às Ciências do Esporte como a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Conselho Internacional de Ciências do Esporte e Educação Física (ICSSPE), o Centro de Controle e Prevenção de Doença - USA (CDC), o Colégio Americano de Medicina Esportiva (ACSM), a Federação Internacional de Medicina Esportiva (FIMS), a Associação Americana de Cardiologia e o Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS) preconizam que sessões de trinta minutos de atividades físicas por dia, na maior parte dos dias da semana, desenvolvidas continuamente ou mesmo em períodos cumulativos de 10 a 15 minutos, em intensidade moderada, já são suficientes para a promoção da saúde (MATSUDO, *apud* ASSUMPÇÃO, MORAIS e FONTOURA, 2002, p. 3). Nesta mesma direção, encontram-se numerosos trabalhos de abordagem epidemiológica assegurando que o baixo nível de atividade física intervém decisivamente nos processos de desenvolvimento de doenças degenerativas (POWELL et al., *apud* ASSUMPÇÃO, MORAIS e FONTOURA, 2002, p. 3).

Embora nas quais haja nas sociedades contemporâneas uma intensificação do culto ao corpo, onde os indivíduos experimentam uma crescente preocupação com a imagem e com a estética, surge aí uma grande preocupação por parte dos professores sobre como essas crianças e adolescentes assimilam essas informações, uma vez que são "bombardeadas" pela mídia, supondo como seria um corpo perfeito.

2.2 Idolatria ao corpo perfeito, imagem e estética

Glauco da Costa Knopp (2008, p. 07) salienta que o corpo perfeito proporciona status social e ainda acrescenta que ele é também uma mercadoria que pode ser comprada, trocada, valorizada e a produção destes corpos se torna um mercado.

no mercado de consumo, os mais esbeltos, torneados, sensuais e atraentes, são os mais disputados, desejados e valorizados. A aparência física e a performance do corpo funcionam como características distintivas, signos de status e condição social. São signos relacionais e com valor de troca. (KNOOP, 2008, p.7).

O cuidado com a boa forma não é motivado apenas pela saúde, mas também pela boa aparência física, o prestígio social de ostentar um corpo magro, persistência, determinação, e por se enquadrar no estereótipo ditado pela mídia é aceito pela sociedade. Não é apenas a busca pela saúde e beleza que faz com que pessoas gastem fortunas para ter o corpo ideal, mas também pelo status que ele proporciona, uma vez que ele é um meio de representação social.

A obtenção de um patamar de saúde considerado possível de se avaliar permite uma corrida desenfreada à busca do “corpo malhado”, o corpo dos olhares dessa sociedade, afinal indivíduos que se entregam a essa idolatria estão carentes de conhecer outro mundo, o qual seja constituído de um ser social crítico, para então, compreender a questão da saúde de forma menos consumista (LIMA, 2009, p. 1067). E é a comunidade escolar que deve desenvolver a criticidade na contextualização do entendimento dos jovens com relação à saúde e à forma física.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem que a orientação do educando o leve a se reconhecer como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os com efeitos sobre a própria saúde e de recuperação, manutenção e melhoria da saúde coletiva (BRASIL, 2001, p. 33).

Esse corpo exigido (corpo malhado) é escasso de saúde, de vida, de bem estar, de autonomia. Todas as relações atuais são medidas, o homem é medido, ou seja, até o simples prazer de um passeio de carro se avalia habitualmente pelo número de quilômetros percorridos, pela velocidade atingida e pelo consumo de gasolina. Em se tratando de atividade física, o homem entregue à corpulatria é reduzido a um percentual de gordura e a seus protocolos, e, ainda, ao aumento do perímetro de seus membros superiores ou inferiores

conforme seu desejo (patológico?), ou do objetivo diante do espelho (que reflete a imagem), que corresponde à imposição do espelho e da sociedade atual (LIMA, 2009, p. 1067). Esta sociedade não leva em consideração a diversidade biológica e cultural, que são fatores contribuintes da forma corporal. Sobre o tema o PCN (BRASIL,2001,p.63) orienta o que a Escola trabalhe tais conceitos a fim de o aluno:

Conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos, analisando criticamente os padrões divulgados pela mídia e evitando o consumismo e o preconceito.

A posição defendida aqui não é, de modo algum, a do sedentarismo e acomodação. Muito pelo contrário, já que pelo o quê foi visto anteriormente não é essa a ideia central do trabalho. É saudável e altamente recomendável buscar as melhorias físicas possíveis para se viver com mais saúde e disposição. O problema surge quando a autoaceitação é prejudicada e isto gera, conseqüentemente, algum nível de sofrimento.

Ao relacionar atividade física e saúde é preciso considerar o contexto sujeito - aptidão física - sentido e objetivos da prática, para que a atividade seja adequada às condições e intenções do praticante. O ideal, para um estilo de vida compreendido como saudável, será sempre a adoção de práticas de atividade física regulares sistematizadas, considerando toda a condição de vida e saúde do sujeito.

3. ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL IRMÃ STEFANIE: CONTEXTO HISTÓRICO E OS DESAFIOS ENCONTRADOS ATÉ OS DIAS ATUAIS.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmã Stefanie está localizada na zona leste da cidade de Campina Grande-PB, rua Henrique Nóbrega, s/n, Três Irmãs, CEP 58423-505, CNPJ: 04.854.544/0001 – 71, I.N.E.P: 251-1768-8, UTB: 1302900. Conforme está descrito no PPP, a escola está incluída na 3ª Gerência Regional de Educação da Paraíba e oferece aos alunos uma educação com base nos princípios emanados da Constituição Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nela, são ministrados os Ensinos Fundamentais I e II, acompanhados do Programa Mais Educação, com as oficinas: Letramento, matemática, rádio jornal, judô, karatê e fanfarra; Programa Primeiros Saberes da Infância (PPSI); e Programa Revisitando os Saberes; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); e Modalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 1º ao 9º ano; e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) aos alunos do 5º ano, observando a legislação e as normas especificamente aplicáveis. Dentre os Programas e atividades discriminados no PPP não estão funcionando atualmente as aulas de fanfarra, karatê e judô.

A Escola encontra-se em condições precarizadas, necessitando urgentemente de uma reforma estrutural em seu prédio, incluindo uma ampliação de salas, visto que em muitas ocasiões faltam lugares adequados para realização de vários trabalhos e isso, de certa forma, dificulta o processo de ensino-aprendizagem, pois por várias vezes houve turmas superlotadas para comportar todos os alunos que foram juntados, dificultando, assim, o sistema de aprendizagem. Ainda, podemos mencionar que nas salas de aula não encontramos sequer ventiladores e, com o aumento da temperatura principalmente no turno da tarde, o ambiente se torna muito quente e difícil de encaminhar as aulas. Também, são difíceis de ministrar as aulas de Educação Física, visto que a escola não conta com quadra esportiva coberta, sendo disponibilizado para as aulas apenas um pequeno campo que se encontra na parte lateral da escola (ao lado das salas). Por várias vezes, devido ao horário e à incidência solar, as aulas de Educação Física têm de ser ministradas em um pequeno auditório dentro do prédio da escola, onde não se configura o local mais adequado e mais favorável à prática da cultura corporal de movimento.

A escola conta com 29 professores e 29 funcionários, somando um total de 58 servidores e sua gestão atual encontra-se em posse do professor Francisco de Assis Rodrigues Limeira que foi eleito na última eleição realizada em setembro de 2013. A escola funciona com turmas nos 3 turnos, manhã, tarde e noite, educando uma clientela de alunos que varia dos 06 aos 55 anos de idade. A escola localiza-se em Campina Grande-PB e atende alunos dos seguintes bairros: Três Irmãs, Cinza, Verdejante, Rocha Cavalcante/Ana Amélia, Rosa Cruz, Malvinas, Conjunto Ronaldo Cunha Lima.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmã Stefanie, recebeu este nome em homenagem a uma freira que se chamava Irmã Stefanie (Hariate Eline). A Escola foi fundada no Governo de José Targino Maranhão, pelo decreto 21433 de 31/10/2000, e inaugurada no dia 24/03/2001. A escola tinha como Gestora Francisca de Souza Moraes, juntamente com a Gestora Adjunta Rita de Cássia da Silva (2001 a 2002). Neste período, também foi implantado o Conselho Escolar.

Em 2003, a escola passou por uma intervenção da inspetoria da 3ª região de ensino, no período de 2 (dois) meses, quando do exercício da Gestão tinha Terezinha Martins Frazão.

No dia 18 de março de 2003, a Escola foi assumida pela Gestora Maria de Fátima Assis, e pelos Diretores Adjuntos Inoveide de Souza e Gleyrey Viviane Pimentel (2003 a 2005). Em 09 de março de 2004, a Escola passa a ser assumida pela Gestora Maria de Trindade e por seu Diretor Adjunto Gleyrey Viviane Pimentel.

Diante das dificuldades nas gestões escolares por questões políticas, a escola passou a ter outros diretores. No ano de 2005, assumiu a gestão da escola a professora Maria José Leite e o Diretor Adjunto Gleyrey Viviane Pimentel.

Tendo em vista a transferência do diretor Adjunto Gleyrey Viviane Pimentel para ocupar um cargo em outro órgão estadual, em 2006 assume em seu lugar a Professora Edineuza Carlos de Lima. Nesta Gestão Escolar, o período de mandato foi de 2006 a início de 2009. Em 2009, assume a Gestora e Professora Francisca Almeida. Apenas em 2010, a escola realizou a primeira eleição para Gestores escolares e foram eleitas as professoras Francisca Almeida e Edineuza Carlos de Lima. Por motivo particular, a Diretora Adjunta Edineuza Carlos de Lima pediu exoneração de seu cargo. E logo após, por motivos administrativos, a Gestora Francisca Almeida foi exonerada.

Ainda nesse ano, foi implantando o Ensino Médio Regular e Ensino Médio no EJA. Contudo, no ano de 2012, a escola passou a funcionar exclusivamente com o Ensino Fundamental no Regular e na EJA.

Em janeiro de 2011, assumiu a Gestora Leonora Guerra do Ó e a Diretora Adjunta Vera Lúcia Adão Buriti.

Por motivo administrativo, a Gestora Leonora Guerra do Ó foi exonerada em abril de 2012, assumindo a gestão da Escola o professor Antônio Sérgio Marsicano de Brito.

Ressalta-se que a partir de 06 de março de 2008, por determinação legal, a Escola teve seu nome alterado para Escola Estadual de Ensino Fundamental Irmã Stefanie de Tempo Integral, graças a um Programa implantado pelo Governo Federal, fase em que o aluno passou a frequentar os dois turnos integralmente, recebendo merenda e almoço. No turno da manhã, acontece o funcionamento normal do Ensino Regular; e no turno da tarde, a realização de oficinas de Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Acompanhamento pedagógico, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes e Inclusão Digital.

No ano de 2010, a escola continuou a ter suas atividades em tempo integral, sendo assistido pelo Programa Mais Educação, em contra-turno oferecido aos alunos do Ensino Fundamental I. Em 2012, a escola passa a oferecer também o Projeto Revisitando os Saberes dentro do Programa Mais Educação oferecido aos alunos do 6º ao 9º ano. A Escola atende, atualmente, alunos com média de 6 a 19 anos de idade, do 1º ao 9º ano, 320 alunos, distribuídos nos turnos manhã e tarde; e de 15 a 45 anos de idade, da 5ª a 8ª série, com 96 alunos na modalidade EJA, no turno da noite.

O IDEB da escola em 2005 obteve a média 2,6. Em 2007, a média subiu um pouco, para 3,1. Em 2009, evoluiu mais ainda para 3,6. Já em 2011, não houve prova e, sobre 2013, ainda não saiu o resultado.

A escola dispõe de um quadro com professores efetivos e temporários com sua maioria possuindo graduação e alguns com pós-graduação.

O perfil socioeconômico da nossa comunidade escolar está inserido nas classes baixa, média-baixa e média, sendo a sua maioria oriunda de família de agricultores, funcionários públicos, domésticas, costureiras, vigilantes, entre outras realidades profissionais.

Ainda se atendo no aspecto econômico, nós temos a visão que devido alguns dos alunos terem uma renda familiar muito baixa ou às vezes inexistente, acreditamos que isso

implica diretamente no seu rendimento escolar visto que é notório perceber que algumas crianças vão à escola apenas pelas refeições e outras, por sua vez, apresentam vários problemas decorrentes de desestrutura familiar.

Temos, ainda, a compreensão que a maioria das atividades propostas pelo PPP da escola é realizada, mas com a ressalva de serem concretizadas com muita dificuldade, visto que a comunidade escolar não participa ativamente dos projetos da escola. O lado financeiro tem um impacto negativo visto que a escola não dispõe de verba suficiente para manter uma boa estrutura física e recursos adequados para o trabalho dos professores e aprendizado dos alunos. É fato que a qualidade do prédio escolar está precarizada, pois necessita de reformas e ampliações. Essa soma de entraves vem elevando o índice de evasão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas nesta pesquisa, conclui-se que foi de suma importância o entendimento adquirido. Tentamos apresentar ao longo deste trabalho um breve histórico sobre a Educação Física em nosso País e suas práticas pedagógicas. Desde o seu início de desenvolvimento com o uso massivo da Calistênia, no qual ainda é usada até hoje, passando pelo período do Regime Militar onde a Educação Física foi usada como forma de propaganda do governo, e vista quase que exclusivamente como esporte de alto-rendimento. Logo após procurou-se fazer uma abordagem crítica sobre o panorama atual da LDB, onde trata a Educação Física de forma genérica excluindo certos alunos de sua vivência como é o caso dos alunos que estudam nos turnos da noite. Mais a frente foi visto a questão dos aspectos da Educação Física vinculados a área da saúde e ainda a idolatria a imagem e o "corpo perfeito".

Apontamos como finalização do presente trabalho não apenas respostas, mas, sim, questionamentos e apontamentos para possíveis reflexões. Alguns desses questionamentos em relação com a realidade de ensino da Educação Física? E quais os desafios encontrados pelos professores de Educação Física? Visto que é indispensável nos dias de hoje o acesso cada vez maior por parte dos professores a novos estudos de intervenção na Educação Física enquanto componente curricular, para o qual expressem a importância da disciplina no processo ensino-aprendizagem. É de suma importância que certos paradigmas sejam quebrados nas aulas de Educação Física Escolar, principalmente os ligados exclusivamente a esportivização nos ambientes escolares, para que a Educação Física tenha uma verdadeira identidade e não seja apenas associada ao esporte.

Quanto aos desafios, nós sabemos das condições que passam principalmente as escolas públicas brasileiras, porque muitas vezes os professores não dispõem nem de espaço físico adequado para ministrar suas aulas, como foi o caso na escola apreciada na pesquisa. Mas para termos uma educação de qualidade, o investimento financeiro para cursos de capacitação, para materiais didáticos e esportivos, e para infraestruturas das nossas escolas é fundamental.

A Educação Física é uma área de conhecimento que se constitui de uma vasta cultura corporal como a ginástica, dança, lutas, jogos, esportes, atividades rítmicas e culturais, entre outros. Com as condições que nossas escolas públicas apresentam em sua grande maioria é

possível compreender que a Educação Física nas escolas esteja reduzida a uma capacidade atrofiada de suas várias manifestações corporais possíveis.

Para que seja mudada essa realidade, infelizmente percebe-se que nossos governantes ainda não estão trabalhando a contento para o mesmo. Mas é importante que o professor que atua nessa área examine sua prática, seus objetivos e tente sempre procurar novas formações, cursos de aperfeiçoamento, para que sempre se coloque em benefício de uma educação para seu alunado.

Encontramos alguns questionamentos ao fim do presente trabalho bem particulares, como é o caso de saber como se mede o IDEB. O IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

Os questionamentos também nos mostram que estamos diante de uma lacuna, sobre o fato de como explicar que as notas do IDEB na escola citada aumentaram à medida que não houve melhorias em sua estrutura física ou melhores condições para os professores, principalmente nas aulas de Educação Física. Para este questionamento, não obtivemos resposta.

É notório perceber que ainda há muito o que melhorar nas condições físicas estruturais da escola apreciada, pois enquanto a ingerência política continuar naquele ambiente de ensino fica mais difícil por parte dos professores a prática de suas atividades e a missão de repassar e formar cidadãos críticos e formadores de opinião; e, também, aos alunos, para que os mesmos não se deixem cair no desânimo, nem na desmotivação devido a escola sofrer processo de precarização, porque não tem recursos, com isso também diminuem as perspectivas de melhorias e estímulos.

Com isso, observa-se, que essa pesquisa me ofereceu a oportunidade de pensar sobre a complexidade que é o ato de ensinar, deixando para mim a importância de continuar pesquisando e me atualizando como forma de buscar melhorias e entendimentos outros sobre meu exercício de profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES A. C. **Cronograma sobre o atendimento dado às crianças.** Pequeno cronograma sobre o processo de escolarização no Brasil: incluindo-se a Educação Física escolar. 2007.

BETTI, M. **Educação Física.** São Paulo. Movimento, 1991.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília.1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referências Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília. 1998.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução CEB nº 4, de 29 de janeiro de 1998. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília: Mec,1998.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros curriculares Nacionais.** Educação Física - Ministério da Educação – Volume 7, Brasília, 2001.

CARVALHO, Yara Maria de. **O "mito" da atividade física e saúde /** Yara Maria de Carvalho. - 3. ed. rev. 1. reimp. - São Paulo: Hucitec 2004.

GALLAHUE, David L. **Compreendendo o desenvolvimento motor;** bebês, crianças, adolescentes e adultos/ David L. Gallahue, John C. Ozmun; revisão científica de Marcos Garcia Neira; [tradução de Maria Aparecida da Silva Pereira Araújo, Juliana de Medeiros Ribeiro, Juliana Pinheiro Souza e Silva] – 3d. ed. – São Paulo: Phorte, 2005.

GONÇALVES JUNIOR, Luiz. Lazer no período da ditadura militar: o desvelar de depoimentos de sindicalistas da Grande São Paulo - Brasil. **Revista Corpoconsciência,** Santo André, n. 10, p. 35-55, 2o sem., 2002.

HÜHNE. L. M. (Org.) **Metodologia da pesquisa científica.** Rio de Janeiro: Agir, 1995.

KNOOP, G.C. **A influencia da mídia e da indústria da beleza na cultura de corpolatria e na moral da aparência na sociedade contemporânea.** Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBa, Bahia. Maio de 2008.

KREBS, R. J. **A educação física que eles merecem.** Brasília: MEC, fundamentação de assistência ao estudante, [19--].

LIMA, M. M. **Mercadorização do Corpo, Corpolatria e o Papel do Profissional de Educação Física.** Estudos, Goiânia, v. 36, n. 9/10, p. 1061-1071, set./out. 2009.

LOVISOLO, H.. **Da educação física escolar: intelecto, emoção e corpo.** Motriz, Rio Claro, vol. 8, n. 3, p. 99-103, set./dez. 2002.

LOVISOLO, Hugo, 2002. **Atividade Física e Saúde: Uma Agenda Sociológica de Pesquisa**. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (Orgs). Esporte como fator de Qualidade de Vida. Piracicaba: Editora Unimep, p. 227-296.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. **Esporte e qualidade de vida: reflexão sociológica** / Renato Francisco Rodrigues Marques. - Campinas, SP: [s.n], 2007.

MATSUDO, Sandra Mahecha, MATSUDO, Victor K.R, NETO, Turíbio Leite Barros. **Efeitos Benéficos da Atividade Física na Aptidão Física e Saúde Mental Durante o Processo de Envelhecimento**. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde. v.5, n.2, p.60-76, 2000.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: Conceitos e Sugestões para um Estilo de Vida Ativo**. 3ª Edição *Revisada e Atualizada*. Londrina: Midiograf, 2003.

NIEMAN, David C. **Exercício e saúde**: como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento. São Paulo: Manole, 1999. pp. 145-154.

POWELL, Kenneth E., PAFFENBARGER, Ralph S. Workshop on Epidemiologic and Public Health Aspects of Physical Activity and Exercise. **Public Health Reports**. v.100, n. 2, p.118-126, 1985.

CASPERSEN, Carl J., POWELL, Kenneth E., CHRISTERSON, Gregory M. Physical Activity, Exercise and Physical Fitness: Definitions and Distinctions for Health-Related Research. **Public Health Reports**. v.100, n. 2, p.126-131, 1985.

SAFRAN, M.R.; KESG, D.B.; VAN CAMP, S. P. **Manual de Medicina Esportiva**, ed. Manole, 19ª edição, 2002.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, Ed. WVA 1997.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. **Criatividade nas aulas de educação física** / Celi Nelza Zülke Taffarel: (Prefácio Prof. Dr. Jürgen Dieckert). - Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1985. (Coleção Educação Física: série fundamentação, 5)

TEIXEIRA, L.R. **Efeitos de um programa de atividades físicas para criança asmática, avaliados por provas de função pulmonar**. São Paulo: 1990. P.72 Dissertação (Mestrado). Escola de Educação Física da USP.

WEINECK, Jurgen, 1941 – **Atividade física e esporte: para quê?**/ JurgenWeineck; tradução de Daniela Coelho Zazá, Fabiano Amorim e Mauro Heleno Chagas. – Barueri, SP : Manole, 2003.

Sites:

ASSUMPÇÃO Luís Otávio Teles, MORAIS Pedro Paulo de, FONTOURA Humberto. **Relação entre atividade física, saúde e qualidade de vida. Notas Introdutórias**. 2002
<http://www.efdeportes.com/efd52/saude.htm>
Acesso em 29/07/2014

BATISTA, Gustavo. **A educação física escolar no período da ditadura militar: análise de depoimentos de ex-alunos da cidade de Brotas/SP**

<http://www.eefe.ufscar.br/upload/1.pdf>

Acesso em 18/08/2014

GUIMARÃES, Claudia Cristina Pacifico de Assis. **Educação física escolar e promoção da saúde: uma pesquisa participante** / Claudia Cristina Pacifico de Assis Guimarães. - 2009.

http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/101.pdf

Acesso em 08/09/2014

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. **Qualidade de Vida, Atividade Física e Saúde: Relações na Busca de uma Vida Melhor.**

<http://sistemas.eferp.usp.br/myron/arquivos/7844237/1e0054d03941804c47f246c1b1811a4e.pdf>

Acesso em 25/08/2014